

PORTARIA PGR/MPU N.º 707, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006.

Regulamenta a jornada de trabalho, o controle de frequência, serviços extraordinários dos servidores do Ministério Público da União e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, ouvido o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 127, § 2º, da Constituição Federal; no art. 26, inc. XIII, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 e na Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE,

Art. 1º A jornada de trabalho no Ministério Público da União é de 40 (quarenta) horas semanais, a ser cumprida de segunda a sexta-feira no período das 7h às 20h, ressalvados os casos disciplinados em legislação específica.

Art. 2º Os Procuradores-Gerais fixarão o horário de trabalho no respectivo ramo do Ministério Público da União observando a necessidade do serviço da unidade, o funcionamento do órgão judiciário junto ao qual atuar e o disposto no artigo anterior.

§ 1º O horário de trabalho ininterrupto não poderá ser superior a 7 (sete) horas diárias, aplicando-se intervalo de 1 (uma) ou 2 (duas) horas na hipótese de ser ultrapassado esse limite, que não poderá exceder a 10 (dez) horas diárias, mesmo quando realizado serviço extraordinário, ressalvado o decorrente da atividade eleitoral no período definido pela legislação respectiva.

§ 2º O regime de plantão poderá ser adotado para atender a necessidade do serviço, sendo estabelecido pelos Procuradores-Gerais de cada ramo.

§ 3º É vedado ao servidor ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato, sujeitando-se os infratores às sanções administrativas pertinentes e aos correspondentes descontos na remuneração.

§ 4º Os Procuradores-Gerais de cada ramo poderão fixar horário de trabalho diferenciado, observado o art. 1º desta Portaria, a fim de assegurar a continuidade do serviço na unidade.

§ 5º Os abonos de faltas ou ausências ao serviço serão autorizados pelos Procuradores-Gerais de cada ramo.

§ 6º O servidor requisitado que não exerça função de confiança ou cargo em comissão cumprirá a jornada de trabalho do seu órgão de origem.

Art. 3º O cumprimento da jornada de trabalho será apurado por meio de ponto eletrônico, preferencialmente por sistema biométrico, conjugado, sempre que possível, com controle de acesso físico.

Parágrafo único. A apuração do cumprimento da jornada de trabalho do

servidor será efetuada em minutos e o seu descumprimento acarretará perda proporcional da remuneração.

Art. 4º O serviço extraordinário será realizado para atender a situações excepcionais e temporárias e obedecerá ao limite de 2 (duas) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas mensais e 220 (duzentas e vinte) horas anuais, consecutivas ou não.

Parágrafo único. Considera-se como serviço extraordinário o que exceder a 40 (quarenta) horas semanais e os realizados nos sábados, domingos, feriados e nos dias de ponto facultativo, ressalvados os plantões em regime de sobreaviso.

Art. 5º A realização do serviço extraordinário aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos somente será permitida nos casos de:

I - atividades essenciais que não possam ser desenvolvidas durante a jornada de trabalho ordinária;

II - eventos realizados nos dias mencionados que exijam a prestação do serviço;

III - situações decorrentes de força maior ou caso fortuito.

Art. 6º A remuneração do serviço extraordinário dependerá de prévia e expressa autorização da Secretaria-Geral ou da Diretoria-Geral de cada ramo do Ministério Público da União, salvo quando determinado pelo Procurador-Geral respectivo, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. A solicitação do serviço extraordinário deverá ser efetuada pela chefia imediata a que esteja subordinado o servidor, mediante utilização dos formulários constantes do anexo I desta portaria, descrevendo os serviços a serem executados.

Art. 7º A remuneração da hora extraordinária de trabalho será calculada mediante a divisão da remuneração mensal do servidor por 200 (duzentos), excluídas as parcelas indenizatórias e os adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante, noturno, bem como de férias, a gratificação natalina e a vantagem pecuniária individual prevista na Lei nº 10.698, de 02/07/2003, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento), nos dias úteis, e de 100% (cem por cento), nos domingos e feriados.

Parágrafo único. Para efeito de pagamento da hora extraordinária são considerados dias úteis os compreendidos entre a segunda e a sexta-feira, além dos sábados e dos pontos facultativos nos quais não haja expediente na unidade administrativa.

Art. 8º O serviço extraordinário decorrente da atividade eleitoral no período compreendido entre o início do registro de candidaturas e a diplomação dos candidatos, não estará sujeito aos limites fixados no § 4º do art. 2º desta Portaria, observando-se o repouso mínimo de 12 (doze) horas diárias.

Parágrafo único. Em situações emergenciais, reconhecidas pelo Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o repouso mínimo poderá ser reduzido a 8 (oito) horas diárias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 9º A comprovação da prestação do serviço extraordinário dar-se-á por

meio do preenchimento do formulário constante do anexo II desta portaria, atestado pela chefia imediata ou pelo responsável pela fiscalização da execução do serviço, acompanhado, sempre que possível, de prova complementar como registro de ponto, diário de tráfego, comprovante de acesso ao prédio ou documento que explicita o período de realização do serviço.

Art. 10. Não configura serviço extraordinário, nem será computado como jornada de trabalho, o deslocamento do servidor em viagem a serviço, bem como os intervalos destinados a repouso ou refeição.

Parágrafo único. O deslocamento realizado na condução de veículo oficial ou na prestação de segurança a membros ou a servidores a serviço, e, ainda, o período de regime de plantão na unidade, serão computados como serviço extraordinário.

Art. 11. Integrarão o banco de horas da unidade, para fins de compensação, os acréscimos à jornada de trabalho até o limite de 30 (trinta) horas mensais, quando decorrentes de determinação da chefia imediata, com o objetivo de suprir transitoriamente a necessidade do serviço ou evitar sua interrupção, sendo vedada a acumulação anual em mais de 90 (noventa) horas.

Parágrafo único. A compensação dos acréscimos à jornada de trabalho será previamente acordada com a chefia imediata de forma a não ocasionar a interrupção do serviço, observado, em qualquer hipótese, o disposto no § 6º do art. 2º desta portaria.

Art. 12. Integrarão também o banco de horas para fins de compensação:

I - as faltas ou ausências justificadas decorrentes de caso fortuito ou força maior, que assim forem reconhecidas pela chefia imediata do servidor, as quais deverão ser compensadas até o mês seguinte ao da ocorrência;

II - as entradas tardias ou saídas antecipadas, superiores a 30 (trinta) minutos, que não causarem prejuízo ao serviço e que não se revelarem como conduta habitual, assim atestadas pela chefia imediata, as quais deverão ser compensadas até o mês subsequente da ocorrência.

§ 1º Quando registradas no controle de ponto, de forma consecutiva ou não, número superior a 7 (sete) vezes no mês, as entradas tardias ou saídas antecipadas, superiores a 30 (trinta) minutos, caracterizarão conduta habitual, cuja verificação importa em desconto na remuneração, no valor correspondente ao tempo do expediente não trabalhado, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade administrativa.

§ 2º A compensação de período inferior ou iguais a 30 (trinta) minutos, que ocorra antes ou depois do horário de entrada do servidor, poderá ser compensada no mesmo dia independente de autorização.

§ 3º Não importam em compensação as ausências resultantes de consultas médicas ou odontológicas e, ainda, da realização de exames, quando feitas no próprio servidor, seu cônjuge ou companheiro, ou, ainda, em seu filho ou enteado, desde que previamente autorizadas pela chefia imediata e comprovadas no primeiro dia útil após a ocorrência por meio de atestado médico ou pela requisição do exame acompanhada do comprovante de sua realização.

Art. 13. Os servidores vinculados ao programa de estágio da instituição, os estudantes com jornada especial e os que cumpram jornada reduzida de trabalho não desenvolverão quaisquer tipos de serviços extraordinários, em razão da peculiaridade de suas

jornadas de trabalho ou da necessária compensação de horário especial.

Art. 14. Os ocupantes de função de confiança e cargo em comissão estão sujeitos ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados para o trabalho fora do horário do cumprimento da jornada de trabalho, sempre que houver interesse da administração ou necessidade do serviço, sem que se caracterize trabalho extraordinário.

Art. 15. A jornada de trabalho somente será inferior a quarenta horas semanais quando requerida pelo servidor com a redução proporcional da remuneração mensal, cujo deferimento fica a critério da Administração, à exceção de pedido formulado por servidor estudante com o fim de solucionar incompatibilidade de horário escolar com o fixado pela respectiva unidade.

§ 1º O servidor que tiver a jornada de trabalho reduzida não poderá ser designado para exercer função de confiança ou cargo em comissão, devendo aquele que estiver nessa situação ser dispensado imediatamente.

§ 2º A redução da jornada de trabalho não poderá implicar prejuízo para o serviço, ficando vedada a designação ou a nomeação de outro servidor para cobrir eventuais deficiências decorrentes da concessão do benefício.

§3º A redução da jornada de trabalho fica limitada a 30 horas semanais.

Art. 16. Será concedido horário especial ao servidor estudante, sem prejuízo do exercício do cargo, sempre que houver incompatibilidade entre o horário escolar e o fixado na unidade, mediante compensação a ser efetuada no período das 7h às 20h, de segunda a sexta-feira.

§ 1º Considera-se servidor estudante, para os fins previstos nesta portaria, o matriculado em cursos regulares de ensino médio, de graduação e de pós-graduação, devidamente reconhecidos pelo órgão governamental competente.

§ 2º A concessão de horário especial a servidor estudante não será deferida em prejuízo do serviço e não poderá implicar redução da jornada de trabalho a que estiver submetido, salvo se reduzida a remuneração.

§ 3º Caso a grade curricular a ser cursada não permita o cumprimento da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sempre no período indicado no art. 1º desta portaria, o servidor estudante deverá optar por eleger as disciplinas prioritárias que pretende cursar, de modo a compatibilizar os horários ou reduzir a jornada de trabalho com a correspondente redução da remuneração.

§ 4º Deverá o servidor estudante comunicar à Administração, no prazo de cinco dias da prática do ato, o eventual trancamento de matrícula ou a desistência de cursar quaisquer disciplinas em que tenha se matriculado, a fim de se ajustar ou revogar o horário especial.

§ 5º Caso a Administração tome conhecimento da alteração da grade curricular na qual estava matriculado o servidor estudante, e não tenha este ajustado o horário especial que lhe foi concedido, deverão ser tomadas as medidas administrativas cabíveis.

Art. 17. Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, bem como àquele que tenha sofrido limitações em sua capacidade laborativa, a ser cumprido no período das 7h às 20h, independentemente de compensação, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. Estende-se ao servidor que tenha cônjuge ou companheiro, filho ou enteado ou dependente portador de deficiência o disposto no caput deste artigo, exigindo-se, nesse caso, a compensação de horário.

Art. 18. Compete ao Secretário-Geral ou Diretor-Geral, no âmbito das Procuradorias-Gerais, e ao Procurador-Chefe de cada unidade o deferimento de horário especial a servidor, bem como fixar o horário de trabalho dos servidores que tenham jornada de trabalho disciplinada em legislação específica.

Art. 19. Os serviços ou postos de saúde do Ministério Público da União funcionarão, preferencialmente, em regime contínuo e ininterrupto de 12 (doze) horas, com a elaboração de escalas ou turnos.

§ 1º Os analistas e os técnicos de saúde que prestarem atendimento nos serviços ou postos de saúde de funcionamento contínuo e ininterrupto de 12 (doze) horas, cuja jornada não estiver prevista em lei específica, terão carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a ser cumprida em turno ou escala afixada em quadro nominal permanente e atualizado, sempre em local visível e de grande circulação dos usuários do atendimento.

§ 2º Os analistas de saúde e periciais com especialidade em medicina, cuja jornada de trabalho é de 4 (quatro) horas diárias, poderão cumprir, a critério da Administração, jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, com o pagamento da segunda jornada limitado ao valor do vencimento do cargo.

§ 3º Os analistas de saúde cumprirão plantão, no âmbito das Procuradorias-Gerais, nos termos estabelecidos pelo Secretário-Geral ou Diretor-Geral e, nas demais unidades, de acordo com o que dispuser o Procurador-Chefe ou quem o respectivo Procurador-Geral indicar, devendo, quando o cumprimento do plantão não ocorrer no ambiente de trabalho, portar aparelho de telefonia móvel fornecido pela Administração, com o fim de ser localizado para prestar pronto atendimento.

§ 4º Os analistas de saúde ocupantes de função de confiança ou cargo em comissão cumprirão a jornada de trabalho fixada para a respectiva especialidade, podendo ser convocados para o desempenho de suas atribuições fora do horário, em observância ao regime de integral dedicação e sempre que o interesse da Administração ou a necessidade do serviço exigir, não caracterizando o desempenho de trabalho extraordinário.

Art. 20. Os servidores do Ministério Público da União terão livre acesso aos registros de controle de sua frequência para fins de conferência.

Art. 21. As chefias imediatas poderão, até o quinto dia útil do mês subsequente, efetuar registros e lançamentos manuais no sistema para:

I - tornar sem efeito os registros de períodos trabalhados em desacordo com as disposições desta portaria;

II - validar os períodos trabalhados, em caráter excepcional, fora do horário compreendido entre as 08h e 20h;

III - registrar a ausência ao local de trabalho para a realização de serviços externos, bem como para os fins previstos no § 3º do art. 12 desta portaria;

§ 1º Quando o sistema eletrônico de ponto estiver inoperante, cabe à chefia imediata registrar no formulário constante do anexo III os horários de entrada e saída do servidor, as faltas injustificadas e qualquer outra ocorrência, efetuando posteriormente o lançamento no sistema.

§ 2º Caso não seja possível efetuar até o quinto dia útil do mês subsequente os lançamentos das ocorrências relativas ao período em que o sistema esteve inoperante, o formulário referido no parágrafo anterior deverá ser encaminhado à respectiva área de pessoal para que sejam efetuados os registros pertinentes.

Art. 22. Compete às áreas de Recursos Humanos ou de Pessoal dos respectivos ramos do Ministério Público da União registrar:

I - a concessão de jornada de trabalho reduzida ou diferenciada;

II - a concessão de horário especial;

III - a licença ou outros afastamentos permitidos em lei;

V - a participação em curso, em seminário ou em atividade correlata;

VI - a correção de falha na marcação eletrônica dos horários de entrada e saída.

Art. 23. A utilização indevida do registro do ponto eletrônico, apurada mediante processo disciplinar, acarretará ao infrator e ao beneficiário, se diverso, as sanções previstas em lei.

Art. 24. Os ramos do Ministério Público da União implantarão nas suas diversas unidades, no prazo de 6 (seis) meses da publicação desta portaria, o controle eletrônico de frequência de seus servidores, cabendo a Auditoria Interna efetuar a fiscalização necessária quanto à compatibilidade entre a jornada de trabalho desenvolvida e a remuneração percebida.

Art. 25. Enquanto não implantado o controle eletrônico de frequência, a fiscalização do cumprimento da jornada de trabalho será efetuada por meio do registro dos dados lançados nos boletins mensais de frequência (Anexo IV) a serem encaminhados ao órgão central de Recursos Humanos dos ramos do Ministério Público da União até o quinto dia útil do mês subsequente, dos quais constará o resumo das ocorrências de frequência em cada unidade.

§ 1º Para o controle interno de frequência as unidades adotarão o modelo de folha de ponto constante do Anexo III.

§ 2º A abertura, a distribuição, o recolhimento e o encerramento diários da folha de ponto serão efetuados pela chefia imediata.

§ 3º Deverão ser consignadas na folha de ponto todas as ocorrências relativas à frequência do servidor.

Art. 26. Caberá ao Secretário-Geral do Ministério Público da União dirimir as dúvidas suscitadas pelos Diretores-Gerais dos respectivos ramos ou pelas autoridades que tiverem delegação dos Procuradores-Gerais para a implantação do disposto nesta Portaria, sendo os casos

omissos decididos pelo Procurador-Geral da República.

Art. 27. Competem ao Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União as atribuições deferidas nesta portaria ao Secretário-Geral do Ministério Público Federal, observadas as peculiaridades do órgão.

Art. 28. Estão dispensados do controle de frequência os servidores que exercem cargos de direção no âmbito do Ministério Público da União, os Chefes de Gabinete dos Procuradores-Gerais e o Auditor-Chefe da Auditoria Interna do Ministério Público da União, bem como os respectivos adjuntos ou substitutos designados.

Art. 29. Os Procuradores-Gerais dos ramos do Ministério Público da União poderão delegar as atribuições previstas no art. 2º, caput, e respectivos §§ 2º, 4º e 5º

Art. 30. Esta portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA

1. [Anexo I](#)
2. [Anexo II](#)
3. [Anexo III](#)
4. [Anexo IV](#)